



2313181

08020.003053/2016-21



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA
PROJETO BÁSICO**

DICAP/CDRH/CGRH/SAA/SE

1. DO OBJETO

Contratação de curso de capacitação para servidores do Ministério da Justiça na temática **LICITAÇÕES E CONTRATOS PELO RDC E PELO REGIME TRADICIONAL** oferecido pela empresa **ZENITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A**, a ser realizado nos dias 06 e 07 de junho de 2016 em Brasília-DF, conforme descrição abaixo:

Descrição	Vagas	Carga Horária	Valor
LICITAÇÕES E CONTRATOS PELO RDC E PELO REGIME TRADICIONAL	2	16 horas/aula	R\$ 6.780,00

2. DO OBJETIVO GERAL

Capacitar servidores do Ministério da Justiça para executarem atividades relacionadas à contratos e licitações com mais eficiência e melhor qualidade.

3. DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Capacitar os agentes públicos em relação aos procedimentos e o regime de contratação do RDC, desde o planejamento e julgamento até a execução dos contratos – atos, providências, procedimentos, justificativas e cautelas para as decisões e para a instrução dos processos – assim como permitir uma avaliação de comparação e paralelo com o regime tradicional de contratação pública.

4. DA JUSTIFICATIVA

Em novembro de 2015, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos realizou um levantamento das necessidades de capacitação das unidades do Núcleo Central do Ministério da Justiça. Tal levantamento deu origem ao Plano de Capacitação 2016/2017.1 e a presente contratação integra o supracitado documento validado pela Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça e publicado em março do corrente ano.

A capacitação de servidores públicos federais está prevista no Decreto nº 5.707/2006 e na Portaria/MP nº 208/2006 que instituem e regulamentam a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal e contribui diretamente para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais. Além disso, há, também, uma tendência jurisprudencial, advinda dos órgãos de controle, de reconhecer a necessidade de capacitação dos agentes públicos para garantir que o servidor conte com os pressupostos profissionais e técnicos necessários para bem desempenhar a função para a qual foi designado. Neste contexto, citamos:

Acórdão nº 3.707/2015 – TCU – 1ª Câmara 1.7.1 Recomendar ao omissis, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que: 1.7.1.1 promova a capacitação continuada dos agentes responsáveis pela elaboração de procedimentos licitatórios e adote, formalmente, medidas administrativas que coíbam a restrição à competitividade na elaboração de procedimentos licitatórios;

Acórdão nº 1.709/2013 – TCU – Plenário Acórdão (...) 9.1.3. institua **política de capacitação para os profissionais do (omissis), de forma regulamentada**, com o objetivo de estimular o aprimoramento de seus recursos humanos, **especialmente aqueles correlacionados com as áreas de licitações e contratos**, planejamento e execução orçamentária, **acompanhamento e fiscalização contratual** e outras áreas da esfera administrativa, de modo a subsidiar melhorias no desenvolvimento de atividades nas áreas de suprimentos/compras, licitações/contratos e recebimento e atesto de serviços.” (Grifamos.)

A Portaria nº 686 de 2015 do Ministério da Justiça atribuiu à Secretaria Nacional de Segurança Pública competências na área de logística, a exemplo de uma Coordenação Geral de Logística.

Desta forma, é necessário à capacitação dos servidores, a fim de que seja possível o desempenho das atividades como pregoeiros e, assim, sejam efetivadas as futuras aquisições que estão na alçada da SENASP, a participação no treinamento terá reflexo direto na qualidade e eficiência do serviço prestado.

5. DO PÚBLICO-ALVO

02 Servidores lotados na Coordenação-Geral de Logística da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

6. DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO

1. Regime Diferenciado de Contratação (RDC) – Cabimento – Objetos aplicáveis: obras, serviços de engenharia, compras, alienações?;
2. RDC – Obrigatoriedade de utilização ou liberdade de optar pelo regime tradicional?;
3. Hipóteses de cabimento do RDC suspensas por decisão do STF – Fundamento – Consequências – Locação *built to suit* (BTS);
5. Possibilidade de utilização do RDC por estados, Distrito Federal e municípios? – Medidas a serem tomadas;
6. Diferenças essenciais entre os dois regimes: RDC e tradicional;
7. Critérios de natureza ambiental nas licitações de engenharia pelo RDC – Exigências ambientais repassadas ao contratado;
8. Vedações de participação na licitação realizada pelo RDC e pelo regime tradicional;
9. Definição do objeto e conteúdo do termo de referência – Exigências no RDC;
10. Padronização, indicação de marca e solicitação de amostra;
11. Microempresas e empresas de pequeno porte – Tratamento diferenciado X RDC – Impacto;
12. Projeto básico e projeto executivo – Obrigatoriedade?;
13. Orçamento – Sistemas referenciais de custos;
14. Contratação integrada – Conteúdo, momento e responsabilidade pela elaboração do anteprojeto;
15. Sigilo do orçamento – Impossibilidade de aceitação de valor superior ao estimado – Negociação – Procedimento;
16. Regimes de execução: empreitadas por preço unitário, preço global e tarefa – Novidades do RDC;

- 8.666/93;
17. Qualificação técnica – Exigências no RDC – Diferenças em relação à Lei nº 8.666/93;
 18. Pesquisa de preços X IN nº 05/14 SLTI/MPOG;
 19. Matriz de risco – Estruturação – Momento para definição;
 20. Remuneração variável – Cabimento;
 21. Inversão de fases e impactos no procedimento;
 22. Critérios de julgamento e tipos de licitação;
 23. Correção e saneamento de falhas nos procedimentos do RDC;
 24. Modos de disputa aberto, fechado e combinado;
 25. Sanções administrativas no RDC – Diferenças em relação à Lei nº 8.666/93 e Lei do Pregão;
 26. Melhores práticas no planejamento, julgamento e contratos pelo RDC;
 27. Entendimentos e recomendações do TCU.

7. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A referida contratação encontra amparo legal no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/1993. Baseia-se, ainda, no Decreto 5.707, de 2006 e na Política de Desenvolvimento de Pessoas do Ministério da Justiça – PDP/MJ, (Portaria nº 2.716 de 05 de agosto de 2013).

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

I - Ministrar as matérias constantes do programa do evento, atendendo à carga horária prevista na proposta;

II - Fornecer, ao término do evento, certificado aos servidores participantes;

III - Disponibilizar todo o material pedagógico necessário à participação dos servidores no curso;

IV - Manter a qualidade pedagógica dos serviços prestados;

V - Cumprir os prazos estabelecidos para conclusão do conteúdo programático;

VI - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços sem prévia anuência deste Ministério;

VII- Manter, durante toda, a execução dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

VIII - A empresa estará sujeita às normas do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 1990;

IX - Emitir Nota Fiscal/Fatura para pagamento dos valores devidos.

8.2. São obrigações do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

I - Prestar as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto deste Projeto Básico, que venham a ser solicitadas pela empresa prestadora dos serviços;

II - Acompanhar, fiscalizar e supervisionar a prestação dos serviços;

III - Efetuar o pagamento da Nota Fiscal/Fatura da empresa prestadora dos serviços, na forma do estipulado neste Projeto Básico;

IV - Fornecer todas as informações necessárias à identificação dos servidores participantes.

9. DAS SANÇÕES

A contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado na execução assim considerado pela Administração, de inexecução parcial, ou inexecução total das obrigações assumidas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às sanções administrativas previstas nos artigos 86 e 87 Lei nº 8666/1993.

10. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

Tendo em vista que os serviços a serem contratados estão enquadrados no inciso II do art. 24, da Lei nº 8.666/93 e haja vista o disposto no art. 62, do mesmo diploma legal, o empenho de despesa terá força de contrato.

11. ENCAMINHAMENTOS

Diante do exposto, deve-se efetuar pesquisa de mercado com instituições especializadas na área de conhecimento, bem como verificar a existência de turmas abertas nas escolas de governo (Escola Nacional de Administração Pública - ENAP; Escola Superior de Administração Fazendária - ESAF), conforme disposto no artigo 3º, inciso XIII do Decreto nº 5707/2006, e demais providências pertinentes à efetiva execução do presente projeto.

JEREMIAS SANDER

Chefe da Divisão de Capacitação, Desenvolvimento e Educação

SAMANTHA DE MATOS PEREIRA

Coordenadora de Desenvolvimento Humano-Organizacional

JOSÉ DE ALBUQUERQUE NOGUEIRA FILHO

Coordenador Geral de Recursos Humanos



Documento assinado eletronicamente por **JOSE DE ALBUQUERQUE NOGUEIRA FILHO, Coordenador(a)-Geral de Recursos Humanos**, em 25/05/2016, às 16:36, conforme o § 1º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.
Nº de Série do Certificado: 1250230

Documento assinado eletronicamente por **SAMANTHA DE MATOS PEREIRA, Coordenador(a) de Desenvolvimento de Recursos Humanos**, em 08/06/2016, às 16:22, conforme o § 2º do art. 12 da



Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS SANDER, Chefe da Divisão de Capacitação**, em 08/06/2016, às 16:27, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **2313181** e o código CRC **72894433**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08020.003053/2016-21

SEI nº 2313181